



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signature]

ACTA NÚMERO SEIS

ACTA DA 3.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E SETE

----- Aos vinte e cinco dias do mês Abril do ano de dois mil e sete, pelas dez horas na Praça Doutor José Vieira de Carvalho e no Salão Dom Manuel I, no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal da Maia, na sua 3.ª Sessão Extraordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de 18 de Abril de 2007 e com a seguinte -----

----- ORDEM DE TRABALHOS: -----

1. **HASTEAR DAS BANDEIRAS NACIONAL E DO MUNICÍPIO:**-----
2. **EVOCACÃO DO DIA 25 DE ABRIL DE 1974.**-----

----- Verificadas as presenças, constatou-se as ausências dos Senhores Deputados António José Nogueira da Costa, Francisco Amorim dos Santos Baptista, Luis Miguel Machado Dias, Manuel José da Silva Correia, Rui Manuel Carvalho Dias e Serafim Manuel Barbosa Moutinho. -----

1. HASTEAR DAS BANDEIRAS NACIONAL E DO MUNICÍPIO

A cerimónia foi antecedida com uma salva de vinte e cinco morteiros, a que se seguiu, na Praça Doutor José Vieira de Carvalho, o hastear das Bandeiras Nacional e do Município pelos Senhores Presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal, Luciano da Silva Gomes e António Gonçalves Bragança Fernandes, respectivamente, ao som do toque do Grupo de Clarins da Fanfarra da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pedrouços. Seguiu-se no Salão Dom Manuel I, no edifício dos Paços do Concelho, a Sessão Solene Evocativa do 25 de Abril de 1974. -----

2. EVOCACÃO DO DIA 25 DE ABRIL DE 1974.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, SENHOR LUCIANO DA SILVA GOMES,

saudou todos os presentes e informou que conforme o acordado com os Líderes dos Grupos Parlamentares, iriam usar da palavra, em primeiro lugar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal a que se seguiam as intervenções de cada um dos representantes das Forças Políticas representadas na Assembleia Municipal, por ordem inversa de representatividade e que seria finalizada com a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. A Sessão seria encerrada com o toque do Hino Nacional, A Portuguesa. -----

----- Usaram da palavra os Senhores: -----

ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, que depois da saudação a todos os presentes disse o seguinte: -----

“É com grande honra que eu e a Câmara Municipal da Maia nos associamos a esta comemoração do trigésimo terceiro aniversário do 25 de Abril de 1974, e felicitamos a Assembleia Municipal, por esta iniciativa de comemorar tal data numa sessão solene extraordinária.

Aproveito assim esta oportunidade, para felicitar, em primeiro lugar, o Presidente da Assembleia Municipal da Maia, o Senhor Luciano da Silva Gomes, não só pelo seu trabalho inextinguível em prol da defesa dos direitos e interesses dos cidadãos enquanto autarca, mas também, pelo seu empenho e pela sua dedicação em prol de uma causa pública que a todos nos diz respeito.

Aproveito igualmente esta oportunidade para felicitar os restantes elementos da Mesa da Assembleia Municipal, e bem assim, todos os Deputados Municipais, a quem eu endereço as minhas sinceras felicitações, enquanto representantes do poder local e fiscalizadores democráticos desse mesmo poder.

Senhor Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Comemoramos hoje o trigésimo terceiro aniversário daquela que ficou mundialmente

conhecida como a Revolução dos Cravos.

Esta data histórica para o País constituiu um marco na democracia portuguesa, através da implantação de um Estado de Direito Democrático, assente na democracia popular, com instituições soberanas e independentes.

Desde aquela data de 1974, o País viveu inúmeras transformações até aos dias que hoje correm, com a sua inserção num espaço europeu que caminha num só sentido.

Muitas foram as alterações vividas e sentidas pela população portuguesa e pelas suas instituições.

A caminhada pelo respeito da vontade popular e dos princípios civis e políticos dos cidadãos, levou ainda algum tempo a consolidar-se, mas hoje em dia, é um facto assumido e concreto do nosso Estado de Direito.

De entre as mudanças sociais e políticas que se viveram a partir de então, aquela que teve o maior significado, e que mais contribuiu para o desenvolvimento e modernização do País foi, sem dúvida, a instauração do poder democrático, legitimado pelo sufrágio directo e universal, expresso através do voto popular.

Ao nível do poder local, os cidadãos passaram a eleger directamente os seus representantes, estabelecendo desse modo uma relação de proximidade com os autarcas, o que tem facilitado a implantação de políticas que visam dar respostas às legítimas expectativas, anseios e necessidades das populações que servem.

Ser autarca eleito em liberdade e num sistema político democrático, dá aos eleitos não só a alegria de serem a expressão da vontade soberana dos seus munícipes, mas também o peso da responsabilidade e a consciência de terem de prestar contas a quem os elegeu e em neles confiou a missão de os representar.

Trinta e três anos decorridos sobre aquela data, a sociedade portuguesa cresceu na sua cultura cívica acompanhando os valores fundamentais da Liberdade e da Democracia.

A afirmação dos direitos de cidadania, das instituições e do poder local democrático, são apenas algumas das conquistas que devemos enaltecer e preservar, rumo a um futuro ainda melhor.

Por todo o País se comemora hoje a data que assinalamos.

Também aqui na Maia, comemora-se esta data, com o mesmo sentido de responsabilidade e bem conscientes do seu significado.

A Maia é uma Terra de seculares tradições, feita de homens e de mulheres de grande coragem e de grande determinação, que souberam acompanhar o desenvolvimento do País, criando um Concelho onde a igualdade de oportunidades e o respeito pelos direitos civicos não são palavras vãs e sem significado.

Por isso mesmo, nesta comemoração devemos olhar o passado como um elemento da nossa história colectiva, realçando tudo aquilo que conseguimos obter através da acção e do esforço daqueles que nos antecederam nestes 33 anos de democracia.

Mas da mesma forma que enalteçemos o passado, também devemos olhar para o futuro com a mesma determinação e com a mesma vontade de vencer.

Só assim seremos ainda melhores naquilo que fazemos, naquilo que pensamos e naquilo que somos.

Esta é a nossa herança e esta é a nossa intenção.

A intenção de prosseguirmos o nosso rumo na defesa e na proclamação dos valores da democracia e da liberdade.

De seguirmos o nosso rumo na melhoria constante das condições de vida e de trabalho das populações e no reforço das suas economias, assegurando o seu desenvolvimento harmonioso pela redução das desigualdades entre as diversas regiões e do atraso das menos favorecidas.

De seguirmos o nosso rumo na consolidação da prosperidade entre os povos, através da união dos seus recursos, da defesa da paz e da liberdade.

De seguirmos o nosso rumo, na proclamação dos direitos fundamentais, na defesa dos valores e dos ideais de Abril.

De sermos hoje melhores do que aquilo que conseguimos ser no passado, e de dar a conhecer aos mais jovens que a liberdade e a democracia não têm preço e que são conquistas muito mais preciosas que todo o ouro do mundo junto.

De através da nossa obra e da nossa vida, estarmos para sempre ligados à construção de um país livre, democrático e em que os factores de desenvolvimento económicos, sociais e culturais estejam sempre bem presentes, criando novas oportunidades e novos desafios.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Não queria terminar estas palavras sem mais uma vez agradecer a honra concedida, e aqui formular os meus sinceros votos de parabéns pela iniciativa deste dia de referência na História Contemporânea Portuguesa.

A todos o meu muito obrigado.”.

FLORIANO DE PINHO GONÇALVES, PELOS INDEPENDENTES DE VILA NOVA DA TELHA, depois da sua saudação aos presentes disse o seguinte: -----

Estamos aqui reunidos para comemorar mais um aniversário do 25 de Abril.

Passaram 33 anos desde que os Capitães de Abril desencadearam as acções que conduziram à democratização do País e à obtenção, para todos os Portugueses, da liberdade que tardava em acontecer.

Esta atitude, na altura, poderia trazer-lhes consequências pessoais bastante complicadas, que culminariam certamente com a prisão.

À data de 1974 já quase toda a Europa tinha enveredado por outro tipo de vivência política e económica, que originava mais desenvolvimento e bem estar para as populações.

Portugal continuava a enfrentar as guerras em África.

Quase todas as famílias tinham alguém a combater e o serviço militar, para os jovens, durava 3

e 4 anos.

Não havia liberdade de opinião, e aqueles que ousassem criticar o regime ou se manifestassem contra a guerra eram severamente punidos.

Eleições não existiam, salvo casos excepcionais e devidamente controladas pelo poder instituído.

Partidos ou movimentos políticos encontravam-se proibidos.

As prisões políticas estavam cheias.

Os trabalhadores não tinham o direito de defender os seus legítimos interesses e estavam proibidos de recorrer à greve.

A vida cultural só era permitida aquela que o aparelho do estado entendesse adequada.

Para os jovens de hoje, tudo isto deve parecer uma história muito antiga, dificilmente imaginável, mas aconteceu e não é assim tão antiga, está à distância de pouco mais de uma trintena de anos.

O Povo Português esteve enredado, várias décadas, numa teia política que o mantinha anestesiado, enquanto por essa Europa se respiravam os ventos da mudança. As economias prosperavam. As liberdades eram garantidas. A cultura, a ciência e as tecnologias evoluíam e estavam ao alcance de quem as quisesse agarrar.

Portugal continuava estagnado.

Foi a revolução dos cravos que veio alterar todo este estado de coisas e hoje podemos estar aqui reunidos, os Excelentíssimos representantes do PSD, do CDS, do PS, do PCP, do Bloco de Esquerda, os Cidadãos Independentes, eleitos por sufrágio e por vontade do Povo da Maia.

Podemos manifestar livremente as nossas opiniões, muitas das vezes divergentes mas todos procuramos contribuir apaixonadamente, por vezes demasiado apaixonadamente, para o desenvolvimento e bem estar de todos os Maiatos, nossos conterrâneos.

Podemos confrontar ideias e conceitos políticos, abertamente, sem medo, tendo como limite o



respeito que devemos uns aos outros.

E agora, passados 33 anos, está tudo bem ? A resposta será, certamente, que nem tudo está bem.

Mas uma coisa é certa, aconteceram muitas mudanças, e para melhor, e foram-nos possibilitadas condições para melhorarmos ainda mais.

Será que nos faltou o engenho e a arte ?

Quero, nesta data de aniversário, ser optimista e acreditar que conseguiremos ir mais longe pois penso que ainda será preciso:

Criar melhores condições para os mais desfavorecidos.

Repensar a Escola e os métodos de ensino.

Melhorar substancialmente a assistência na doença e nos cuidados de saúde.

Afastar dos trabalhadores o espectro da falta de trabalho e das empresas falirem.

Pugnar pela defesa intransigente do ambiente, acabando com a poluição nos rios e nas linhas de água e incentivar uma cultura de respeito pelo meio ambiente.

Conseguir que a justiça seja mais célere e imparcial.

Garantir aos cidadãos a sua segurança pessoal e dos seus bens.

Proporcionar a tranquilidade na velhice, para que os idosos não se sintam abandonados e como que esquecidos, infelizmente, por vezes, até pela própria família.

Dotar de infra-estruturas básicas as regiões mais esquecidas do País.

Criar condições para a fixação das populações, em especial das camadas jovens, nas regiões do interior norte e centro do País, que se estão a despovoar.

Somos membros, de pleno direito, da Comunidade Europeia e a tão apregoada convergência económica ainda está longe.

Para a atingir, é necessário o empenhamento de todos, políticos e comunidade civil, trabalhadores e empresários. Só o esforço conjunto poderá contribuir para que se atinja essa

importante meta.

Lembro-me de uma expressão célebre, de um político já falecido, e tomo a liberdade de aqui a adaptar:

Não deveremos estar sempre a perguntar o que é que o País pode fazer por nós, mas talvez perguntar, a nós próprios, o que poderemos fazer pelo nosso País.

No desenvolvimento e progresso, que é tão necessário, têm papel primordial as Autarquias, em especial no âmbito das infra-estruturas e no apoio social.

Que me perdoem os autarcas municipais mas, as Juntas de Freguesia, por estarem posicionadas junto das populações e em contacto directo com as suas carências, com mais eficácia e celeridade poderão responder às suas necessidades.

Falta-lhes, todavia, a necessária capacidade financeira e a respectiva delegação de competências.

Comemoramos o 25 de Abril mas deveremos estar atentos para que não volte mais o passado obscuro a que os militares e o Povo Português puseram termo.

Não podemos apagar a memória recente da nossa história, nem esquecer os valorosos Capitães de Abril, que tudo arriscaram pela liberdade em Portugal.

Somos, hoje, os herdeiros dos seus ideais.

Viva o 25 de Abril.

Viva a Maia.

Viva Portugal”.

ADÉLIO ANDRÉ PASTOR GRAZINA, PELA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA saudou todos os presentes e de seguida disse o seguinte: —————

“Foi ao som duma extraordinária composição e interpretação de ‘Zeca’ Afonso – a Grândola Vila Morena -, que a 25 de Abril de 1974, teve início, em Portugal, a necessária libertação dum povo que sofreu durante 48 anos, o obscurantismo, a opressão, o medo, o atraso e a ausência

de liberdades. Saudamos, por isso, os capitães de Abril por terem sabido interpretar as profundas inquietações e anseios da população portuguesa.

A Revolução de Abril não foi só o derrubamento do governo fascista de Marcelo Caetano e a consequente mudança nos órgãos do Poder. Foi um grande movimento de democratização política e de transformações sociais e económicas que criaram condições para Portugal sair dos atrasos acumulados em meio século de ditadura fascista, e 12 anos de guerras coloniais. Foi um poderoso processo revolucionário que, em pouco mais de um ano, mudou radicalmente o País.

Creio ser completamente justificável relevar aqui também o papel do PCP.

A intervenção do PCP na Revolução não se iniciou no dia 25 de Abril. O PCP tinha décadas de luta activa contra a ditadura fascista e uma maturação política que lhe dava uma percepção aprofundada das condições sociais, económicas e políticas do País; tinha um projecto para a democracia portuguesa, e uma ligação estreita com as classes trabalhadoras e as massas populares, desenvolvida nas lutas por objectivos concretos travadas nos anos do fascismo. Foi um abraço de décadas que ligou a luta pela liberdade à luta pelos direitos sociais.

O momento que marca o início de uma revolução é aquele em que uma alteração profunda na correlação de forças leva à mudança do poder político. Foi o que aconteceu na madrugada do 25 de Abril, com a insurreição dos capitães e o levantamento militar que, nessa mesma manhã, apoiou. A vinda para a rua das massas populares no dia 25, as manifestações do 1.º de Maio, o início das acções populares para o exercício das liberdades e o saneamento dos fascistas, selaram a aliança Povo/MFA.

A Revolução de Abril trouxe-nos inúmeras conquistas individuais e colectivas, foi um período de transformação e construção que nos garantiu um património colectivo, desde logo consagrado na Constituição da República de forma intrínseca e basilar ao regime democrático que ela define e almeja.

Chegou-se ao 25 de Abril de 1974 com um sistema de previdência social que vinha de 1962 (as Caixas de Previdência) e um sistema de assistência que oferecia uma protecção social muito limitada, quer quanto ao número de pessoas que abrangia, quer quanto às respostas sociais que apresentava, e onde predominavam baixos valores no que toca a prestações sociais.

É com a Revolução de Abril que são dados passos decisivos na criação de um Sistema Público de Segurança Social e na melhoria das condições de vida dos portugueses, sobretudo das classes trabalhadoras. Recordam-se, entre outras:

O aumento do abono de família;

O mês de férias pagas e o respectivo subsídio;

A criação do Salário Mínimo Nacional (Maio 1974);

A fixação do valor mínimo da pensão de invalidez e velhice do regime geral igual a metade do salário mínimo nacional (1974);

A criação da pensão social destinada a pessoas que não tinham descontado para a previdência (Maio 74);

A atribuição do abono de família a desempregados (1974);

A criação do subsídio de Natal para pensionistas com valor igual ao da pensão (Dezembro 74);

O suplemento de grande invalidez (1975);

A criação do subsídio de desemprego (1975).

A dinamização de iniciativas de apoio à família; constituem-se creches, infantários e lares de 3ª idade subsidiados pela segurança social e sem fins lucrativos.

O 25 de Abril de 1974 representou também para as mulheres portuguesas uma autêntica revolução. Abriram-se as portas para a conquista de um lugar digno na sociedade, em igualdade de direitos com o homem no trabalho e na família. A título de exemplo:

A abertura às mulheres das carreiras da magistratura judicial, do ministério público e dos quadros de funcionários da justiça, da carreira diplomática e a todos os cargos da carreira

administrativa local;

A abolição de todas as restrições baseadas no sexo quanto à capacidade eleitoral;

A alteração do artigo XXIV da Concordata, passando os casamentos católicos a poder obter o divórcio civil;

A abolição do direito do marido abrir a correspondência da mulher;

A revogação das disposições penais que reduziam penas ou isentavam de crimes os homens, em virtude das vítimas desses delitos serem as suas mulheres ou filhas;

A ampliação do período de licença de maternidade para 90 dias, 60 dos quais teriam de ser gozados após o parto, estando abrangidas todas as trabalhadoras;

A entrada em vigor, em 1978, da revisão do Código Civil, na família a mulher deixa de ter estatuto de dependência para ter estatuto de igualdade com o homem;

A criação das consultas de planeamento familiar e de saúde materno – infantil.

O 25 de Abril de 1974 representou também, no plano do poder local democrático, uma profunda alteração. De prolongamentos locais do Poder Central fascista, com responsabilidades na repressão aos cidadãos, as autarquias passaram a ser eleitas pelo voto popular, com autonomia relativamente a outros órgãos de poder, tendo desempenhado um papel crucial na melhoria das condições de vida e na superação das enormes carências existentes, desde o abastecimento de água, esgotos e lixo, habitação, espaços verdes, a construção de estradas e arruamentos, a cultura e o desporto.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, a concepção de uma democracia plena mantém a actualidade e é uma base fundamental de análise do momento que vivemos. O profundo ataque a que estão sujeitas as conquistas democráticas da Revolução de Abril, dirige-se a todas e a cada uma das vertentes que a Constituição da República Portuguesa, aprovada em 1976, apesar das sucessivas revisões, ainda consagra.

Na vertente económica e na decisiva questão da submissão do poder económico ao poder

político, os sucessivos governos (PS, PSD, CDS-PP, sozinhos ou em aliança) têm submetido a sua acção aos interesses do grande capital. Basta ver a política de privatização e liberalização de grandes empresas de abastecimento ou fornecimento de bens e serviços essenciais como a CP, a EDP, os CTT, a PT, a GALP, substituindo os objectivos do serviço público, pelo objectivo do lucro privado; a política de isenções e benefícios fiscais ao capital financeiro, ou as alterações à legislação laboral, para concluir que os grandes grupos económicos têm tido nos governos fiéis intérpretes dos seus interesses. O nosso país continua a ver agravado o fosso entre ricos e pobres (somos na UE o 25.º país com maiores desigualdades), com a crescente apropriação e concentração da riqueza produzida nas mãos de cada vez menos pessoas e a ausência de uma redistribuição eficaz.

Na vertente social, temos o profundo ataque contra os direitos dos trabalhadores, designadamente na alteração das leis do trabalho. Com uma elevada e permanente taxa de desemprego, verifica-se um forte condicionamento dos salários reais, com aumentos inferiores à inflação e a imposição de uma relação laboral de precariedade aos jovens trabalhadores que com a actual legislação nesta matéria não conseguem a tão desejada e ambicionada estabilidade sócio – económica.

Simultaneamente, degradam-se os serviços públicos nas áreas sociais, atingindo em particular as camadas mais desfavorecidas, que disso mais dependem para efectivar os seus direitos. É o que vem sucedendo com o sector da saúde, em que um Serviço Nacional de Saúde emanado da Revolução de Abril e que colocou o nosso país no mais honroso lugar, por exemplo, no que diz respeito à mortalidade infantil, está hoje a ser profundamente atacado com o encerramento de serviços, pagamento de taxas do mais diverso tipo e desenvolvimento de serviços privados como uma área de negócio de excelência.

Assistimos ao empobrecimento do acesso à fruição cultural, ao conhecimento e à educação. A elitização dos diversos graus de ensino, procurando restringir o acesso da generalidade dos

jovens aos níveis mais elevados (designadamente ao ensino superior), com a utilização de critérios de selecção que impõem discriminações de classe, é uma marca da evolução da sociedade portuguesa nos últimos anos. As ofensivas dos sucessivos Governos pretendem dar novos passos neste caminho de mercantilização de saberes, ao acentuar a privatização do ensino, com elevados níveis de abandono e insucesso, restringindo os apoios sociais e educativos, a direita e não só, está a limitar aos mais favorecidos o acesso ao ensino, sendo disso exemplos:

A existência de despesas inerentes aos custos de frequência do Ensino obrigatório e Secundário, embora a Constituição o consagre como gratuito;

A persistência dos *numerus clausus*, que restringe o acesso universal ao ES;

A Lei de Financiamento do Ensino Superior de 2003 que impôs o pagamento de propinas e consequente abandono do ES dos alunos mais carenciados;

A tentativa de retirada dos estudantes dos Órgãos de decisão das Instituições, tentando assim menosprezar e até recusar o seu contributo para as decisões que também os afectam;

A implementação e imposição do Processo de Bolonha, numa clara tentativa de elitização do Ensino Superior e empobrecimento da formação de cada indivíduo, tornando-o numa mão – de – obra especializada e descartável;

Existem também reais perigos para as liberdades individuais. Sem falsos alarmismos, é possível hoje detectar sinais de restrição de direitos, liberdades e garantias, muitas vezes justificada pela ameaça do terrorismo e que se apoia na sobrevalorização de valores securitários. Entre nós, aí estão os retrocessos da última revisão constitucional, em matéria de violação dos domicílios à noite, de acrescidas possibilidades de extradição e os recuos no carácter civilístico das forças de segurança.

Para além disso, a visibilidade pública das várias correntes políticas e de opinião, num quadro cada vez mais marcado por uma enorme concentração dos meios de comunicação social nas

mãos de grandes grupos económicos, está longe de ser equilibrada.

Tudo isto se conjuga perigosamente com uma progressiva desconfiança de largas faixas da população em relação ao funcionamento da democracia.

O carácter soberano do poder político no nosso país assume hoje uma importância decisiva. Em primeiro lugar, o avanço do processo de integração europeia tem sido traduzido em sucessivas transferências de soberania para instâncias comunitárias, com sérios prejuízos para os povos e os países, designadamente os menos desenvolvidos como Portugal. Depois na subordinação do poder económico ao poder político e a passagem do controle de vastas áreas da economia e da sociedade para as mãos de grandes grupos privados. É recorrente a discussão sobre a manutenção de centros de decisão essenciais para a nossa economia em mãos nacionais. O capital nacional, que hipocritamente manifesta com frequência a sua preocupação com o controlo estrangeiro de sectores e empresas fundamentais (certamente almejando novas facilidades em futuros processos de privatização ou de liberalização de sectores), não hesita em passar a cobres ao capital estrangeiro as empresas que detém.

Por outro lado, acentua-se a submissão do país ao imperialismo norte-americano, abdicando de uma política externa própria e orientada para a paz e a cooperação entre os povos, designadamente com o envolvimento de Portugal na ocupação do Iraque, do Afeganistão. A defesa da soberania nacional, que não se confunde com nacionalismos ou isolacionismos, é hoje uma batalha decisiva do povo português, sem a qual a sujeição do nosso país aos interesses do capitalismo mundial e do imperialismo é inevitável.

Há razões para dar o alerta pela defesa da democracia e das liberdades e direitos fundamentais, enquanto se vão manifestando com maior à-vontade os valores mais retrógrados e até de extrema-direita. Assumem cada vez maior insistência os ataques ao 25 de Abril, procurando a reescrita da história recente. Havendo uma crescente consciência da dimensão dos ataques em curso, a resposta é ainda insuficiente. Tais ataques visam alterar aspectos estruturais da

sociedade saída do 25 de Abril.

Neste quadro complexo, a necessidade de acentuar a luta contra esta política e exigir uma verdadeira política alternativa é um ponto decisivo. Faixas importantes da população, desiludidas com o sistemático incumprimento de promessas eleitorais, com a não resolução dos problemas do país, com a promiscuidade entre o poder e os grandes interesses económicos, afastam-se da participação eleitoral e da intervenção social.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, encontramos-nos aqui a evocar e comemorar o 25 de Abril de 1974, que para nós CDU não é um acontecimento datado e arrumado no tempo, mas uma porta aberta para o futuro onde estão impressos valores humanistas e progressistas que devem continuar presentes na sociedade portuguesa. Por isso, é nossa convicção mais profunda que é urgente um novo rumo para o país, uma ruptura com as políticas que vêm contrariando e destruindo as conquistas democráticas do 25 de Abril. Por um Portugal desenvolvido com mais justiça social.”

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA PELO BLOCO DE ESQUERDA saudou todos os presentes e disse o seguinte: -----

“Estamos aqui para celebrar Abril! É com esperança que o BE revive o 33.º aniversário do 25 de Abril!

O Movimento dos Capitães levado a cabo em 25 de Abril de 1974, devolveu ao povo português a Liberdade e a Alegria da construção de uma nova sociedade! De Norte a Sul, homens e mulheres, de todas as idades, civis e militares colocaram em marcha a mais exaltante mudança social e política do nosso tempo!

Todos e todas de cravo na mão! Cravos que ganharam nesse dia e para sempre o seu lugar na simbologia política do nosso povo. Era a mudança contra a resignação!

A Revolução de Abril derrubou uma ditadura implacável sustentada na perseguição dos que lhe resistiram e contra ela se levantaram.

O 25 de Abril rompeu com um passado de miséria e atraso. Um país isolado, triste e esquecido do mundo. Um país pobre, massacrado e devorado por uma guerra imposta e travada em nome de um império decadente.

Um país dominado e controlado por um conjunto de poderosas famílias, servindo e servindo-se do regime para explorar a força do trabalho e condenar o povo português a uma vida de sobrevivência e em muitos casos sub-humana, que sobrevivia com o recurso à emigração.

Muitos não guardam memórias desse Portugal. Mas ele foi um facto que marcou a vida deste país e deste povo, mesmo que hoje o procurem esquecer, esconder, desculpabilizar e que alguns pretendem mesmo recuperar!

Esse Portugal acabou em 25 de Abril. Por força da torrente revolucionária do povo nas ruas, num movimento unitário com os militares de Abril.

Passados 33 anos e apesar das muitas conquistas alcançadas- direitos políticos, direitos sociais, desenvolvimento económico, abertura de Portugal à Europa e ao Mundo, libertação cultural e descolonização, são o resultado mais evidente que a História regista.

O seu impulso transformador e transgressor projecta-se até aos dias de hoje como um património que teremos de preservar e, nos motiva cada vez para uma cidadania cada vez mais exigente e solidária!

Apesar de tudo isto, continuamos a afirmar que Abril ainda continua por cumprir!

A Democracia é participação democrática nas empresas, nas escolas, no poder local e em todos os momentos em que se imponha a cidadania. À crise social responderemos sempre com a exigência de mais Estado Social!

Porque não nos resignamos perante a pobreza, as desigualdades sociais, e o desemprego. Porque não podemos aceitar uma economia que vive da especulação bolsista, do incumprimento fiscal e da mão-de-obra barata e precária.

Porque não pactuamos com os despedimentos selvagens os encerramentos fraudulentos, sem

direitos e salários miseráveis.

Porque recusamos a guetização dos emigrantes e a exploração clandestina da sua força de trabalho.

Porque nada disto é uma fatalidade, um destino traçado, um fado sem saída nem alternativa.

As políticas e os governos sucedem-se de modo indistinto, monótonos, cinzentos e incapazes de vencerem os problemas do país.

Para quem sempre tem falhado na construção do futuro, tudo serve de álibi: a herança, o governo anterior, a função pública, o preço do petróleo, o emergir da Ásia e a Constituição da República! Estamos cansados de tanta desculpa!

Pois quem com tudo continua a crescer, são as grandes fortunas, cada vez mais concentrada em meia dúzia de famílias e grupos económicos, que apesar dos escandalosos lucros que sempre têm, também se queixam, pois são insaciáveis e querem sempre mais!

A Democracia e a Constituição não são responsáveis pelo atraso que perdura no nosso país.

Queremos e exigimos uma Democracia mais próxima do cidadão, através de um processo de regionalização participada, não engendrada ao sabor de interesses de lobbies locais e partidários. Queremos uma verdadeira regionalização de poder, com eleitos democraticamente pelo povo.

Queremos continuar Abril, queremos um Estado Social que daí emergiu, solidário, e com direitos iguais. Queremos um serviço Nacional de Saúde gratuito, universal e de qualidade, uma educação inclusiva e dirigida aos cidadãos, um sistema de segurança social efectivamente justo. Queremos igualdade com respeito pela diferença.

O Bloco de Esquerda considera que o 25 de Abril começa como sempre, hoje!

No concelho da Maia ou em qualquer recanto do nosso país, Abril é e será sempre esperança e projecto de futuro!

Saibamos nós porque o conquistamos, e saberemos começá-lo de novo!

É por isso que repetimos 25 de Abril Sempre!

Viva o 25 de Abril!

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES PELO PARTIDO SOCIALISTA, leu o seguinte poema: -----

"Esta é a madrugada que eu esperava

O dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo"

De seguida, saudou todos os presentes e disse o seguinte:-----

Este é um dos mais belos poemas que conheço sobre o 25 de Abril. Nele, a inesquecível Sophia de Mello Breyner Andersen consegue, em apenas quatro versos, condensar de um modo sublime, a denúncia de um regime absurdo e a proclamação empenhada de um mundo de possibilidades e de esperanças. Por isso, lembrar este poema é sempre uma boa forma de comemorar o 25 de Abril. Como o seria também ouvir algumas das muitas cantigas à liberdade ou, então, revisitar o quadro pintado sobre o 25 de Abril, por Vieira da Silva, e que anunciava "a poesia saiu à rua"! São testemunhos magníficos de um marco histórico decisivo da história portuguesa, que por todas as razões, seria imperdoável não comemorarmos. E, em nossa opinião, devemos fazê-lo de três formas: denunciando a ditadura; afirmando a democracia; pensando novas soluções para uma cidadania mais exigente.

Temos pois que comemorar Abril, em primeiro lugar, porque assim se pôs fim a meio século de uma ditadura indesculpável, que só se soube impôr pela opressão e pela censura, pela prisão política e pela tortura; que arrastou o país para uma guerra colonial despropositada e contraproducente; que travou as possibilidades da nossa economia se integrar no espaço das nações democráticas e de acompanhar o ritmo impressionante de crescimento das economias europeias do pós-guerra, forçando por isso aproximadamente um milhão de portugueses a

emigrar. É por isso que comemorar o 25 de Abril é, antes de mais, denunciar a longa noite da ditadura e prestar a justa homenagem a todos aqueles que a combateram. É bom ter sempre presente os que, quando muitos contemporizavam e até mesmo colaboravam, se dispuseram a lutar e combater e é bom recordar também os militares que desencadearam, finalmente, esse “dia inicial inteiro e limpo”.

Mas comemorar o 25 de Abril é também afirmarmos tudo o que conseguimos. É certo que ficamos aquém do que desejávamos e até daquilo que esperaríamos. Mas isso, não nos deve fazer alinhar com o discurso saudosista de que se alimentam as pulsões totalitárias. O país vive desde 1974, o mais longo período de paz e democracia da sua História. E isto num quadro em que, apesar de todas as dificuldades e de todos os problemas e injustiças prevalecentes, avançamos com a integração europeia, aproximamo-nos dos padrões de vida dos países mais desenvolvidos e desencadeamos, mesmo que de forma ainda insuficiente, alguns mecanismos essenciais do Estado Social, conseguindo melhorias importantes em domínios como os da educação, da saúde e da segurança social. Estamos satisfeitos? Não, de modo nenhum, porque somos e queremos ser exigentes! Agora: é a partir do reconhecimento das insuficiências, mas também das conquistas da nossa democracia que se deverá construir a reclamação democrática de mais justiça social e de mais participação e cidadania.

Evidentemente, o poder local é uma das conquistas fundamentais da democracia portuguesa. É um poder próximo dos cidadãos que tem contribuído, de múltiplas formas, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Há muitas vezes, em cada Autarquia, a tendência para propagar a ideia de que os avanços se deveram essencialmente ao mérito excepcional dos seus autarcas... Em boa verdade, esta propensão para uma excessiva fulanização das conquistas alcançadas é, desde logo, pouco rigorosa: estamos perante um movimento geral de melhorias impulsionadas pelo poder local em todo o país, que resultou de condições gerais favoráveis à iniciativa autárquica (de que os fundos comunitários são apenas um bom exemplo). Por outro

lado, esta fulanização não pode ser desligada de um conjunto importante de problemas que afectam o poder local e que, não sendo exclusivos da Autarquia Maiata, precisam também de ser ponderados no nosso Concelho: a falta de renovação política e os riscos de caciquismo populista; o empolamento dos quadros de pessoal e o perigo de favoritismo político-partidário no recrutamento de colaboradores e na contratação de serviços; a propensão para a obra física visível, muito dependente do ciclo político; o recurso descontrolado ao endividamento municipal, que hipoteca o futuro dos Municípios.

São portanto necessárias novas ideias e novas soluções para reforçar a participação e a cidadania. Ora, comemorar o 25 de Abril é também pensar de forma construtiva a forma de promover o protagonismo dos cidadãos na vida local. Só existe uma Autarquia capaz e dialogante, se houver uma sociedade civil dinâmica e plural, com cidadãos responsáveis e participativos. Por isso, desafiamos o executivo e todas as forças políticas e cívicas a envolverem-se num programa de promoção da participação e da cidadania na vida municipal – o Programa Dar mais Voz aos Cidadãos –, que coloque a participação dos cidadãos como eixo fundamental da política local. O Partido Socialista está disponível para discutir todas as propostas e sugestões, mas quer, como sinal do seu empenhamento, avançar, desde já, com as seguintes dez recomendações para o desenvolvimento da cidadania e da democracia local:

1. A promoção de Regulamentos Municipais sobre a Participação dos Cidadãos, que garantam a possibilidade e esclareçam as formas de participação dos maiatos nos assuntos da autarquia que respeitam à sua vida colectiva, assim como a criação da figura do Provedor da Participação dos Cidadãos;
2. O apoio à criação de Oficinas de Reflexão Municipal, que envolvam voluntariamente cidadãos interessados em discutir temas e assuntos que consideram relevantes para o concelho;
3. A promoção e divulgação de Memórias Participativas relativas aos principais projectos para o Concelho;

4. A criação do Conselho Municipal Sénior, que se constitua como espaço de participação e de implicação dos idosos na vida concelhia;
5. O lançamento de um Plano de Apoio ao Associativismo;
6. A concepção e desenvolvimento de projectos participadas de desenvolvimento comunitário, estabelecidos tendo por referência os problemas e potencialidades de determinados territórios do concelho, que se articulem com os serviços sociais do Concelho, a constituir em torno de três eixos articulados e interdependentes: a Rede de Atenção Primária, a Rede de Atenção Especializada e a Rede Social.
7. A constituição de um órgão consultivo que tenha como principal atribuição a promoção da inovação, do investimento e da qualificação do emprego no concelho da Maia;
8. O lançamento de um fórum anual sobre o estado do Concelho, numa modalidade que favoreça o envolvimento e a implicação de todos os cidadãos;
9. O aproveitamento das TIC para garantir serviços mais rápidos, personalizados e eficazes, que permitam a plena disponibilidade dos serviços camarários 24h em todos os dias da semana.
10. O lançamento, nos termos já propostos nesta AM, mas ainda não discutidos por recusa da Maioria, de um modelo próprio de orçamentos participativos para o concelho da Maia, suportado numa forte participação política e cívica e, no estabelecimento de consensos alargados sobre objectivos, âmbitos de aplicação, metodologias, fases de execução, processo e critérios de apreciação de propostas, modos de avaliação.

Como temos vindo a sublinhar nesta AM, a afirmação do PS como líder de uma alternativa política séria e credível no concelho da Maia passa, de modo interligado, por uma exigência crítica e construtiva e por um esforço permanente de construção de novas soluções políticas para o futuro da Maia. É com esta postura construtiva que queremos comemorar o 25 de Abril, contribuindo para reforçar aquilo que constitui um núcleo essencial da sua proposta política: a promoção da cidadania e da democracia. Queremos, como cantava o Zeca Afonso,

que seja "o povo quem mais ordena, dentro de ti, ó cidade"!"

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA, PELA "COLIGAÇÃO PRIMEIRO AS PESSOAS", fez a sua saudação a todas as personalidades presentes e disse o seguinte: -----

"Começo esta minha intervenção, por cumprimentar a Mesa da Assembleia Municipal pela realização desta Sessão Extraordinária Comemorativa do 25 de Abril. Creio ser a realização deste plenário a melhor forma de todos e cada um dos Deputados prestarem a sua Homenagem a Abril, à Liberdade e à Democracia. Foi também para que todos nós tivéssemos a possibilidade de intervir neste fórum, sem restrições ou amarras, que se fez Revolução.

Entendo que a melhor forma de que disponho para comemorar Abril, em detrimento da feitura de um repositório histórico, será continuar a apelar para que se exerça cidadania. Exercer cidadania é cumprir Abril.

A Democracia só existe realmente quando assegura a todos, sem excepção, a possibilidade de exercerem, em absoluta plenitude, os seus direitos e deveres.

Enquanto políticos e autarcas, devemos fazer tudo o que está ao nosso alcance para proporcionar aos nossos Municípios todas as condições para o exercício da sua cidadania. E a Cidadania só se exerce com eficácia se os poderes instituídos disponibilizarem instrumentos capazes para o seu exercício. Para mim, a melhor forma de comemorar e respeitar o espírito do 25 de Abril é criar mecanismos de consolidação de uma democracia verdadeiramente participativa.

Creio que nesta matéria, esta Assembleia Municipal tem sabido constituir-se como um tributo ao espírito de Abril e assume-se claramente como um paradigma a nível nacional.

Criámos mecanismos eficazes de informação, parecendo-me que a revista Sentir a Maia é sinal disso mesmo, por forma a que todos saibam quando e onde se realizam as sessões da Assembleia Municipal e quais os assuntos que são da sua responsabilidade. Não podemos

deixar de referir o orgulho que sentimos pelo facto de sermos a única Assembleia Municipal do país a ter uma publicação periódica deste género. Aliás, convém referir que dedicamos o primeiro número deste mandato precisamente à Revolução de Abril.

Criámos Assembleias Municipais descentralizadas no princípio simples de que é aproximando-nos das pessoas que elas melhor se aproximam de nós.

Realizámos visitas temáticas ao Concelho e às suas Instituições, sabendo que a melhor forma de sentir os problemas e os anseios das populações é constatar "in loco" as suas realidades.

Parece-me ser esta a nossa obrigação enquanto políticos. Criámos as condições para que o divórcio entre os eleitos e os eleitores deixe de ser uma realidade no que toca à nossa terra, à nossa Maia, creio que este caminho contribui para uma efectiva aproximação entre os autarcas e os maiatos.

Cumprimos o compromisso de criar condições para a participação real e efectiva dos maiatos na política autárquica da nossa terra para que todos possam exercer a sua cidadania participando e cumprindo Abril.

Creio que também na forma participativa como são organizadas as sessões da Assembleia Municipal se coloca em prática o mais salutar espírito democrático.

Esta coligação reitera o compromisso de manter e reforçar um funcionamento plural na gestão do órgão municipal.

Apesar desta Coligação dispôr de uma ampla maioria na Assembleia Municipal, soubemos, ao longo destes últimos anos, permitir e fomentar uma gestão pluripartidária deste Órgão. A figura da «Conferência de Líderes Parlamentares», órgão presidido pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, onde têm assento todos os Líderes de Bancada e todos os candidatos independentes é um exemplo claro do que afirmo. É neste colectivo que foram preparadas todas as reuniões e actividades da Assembleia Municipal, e foi com inegável mérito que esta Coligação, apesar de amplamente maioritária, foi capaz de encontrar sempre soluções

unânicos para o funcionamento da nossa Assembleia Municipal.

É este caminho de pluralidade democrática que queremos e sabemos aprofundar de braço dado com a Mesa da Assembleia Municipal e com a colaboração de todas as forças políticas aqui representadas. É este o caminho de transparência e diálogo que faz com que, também nesta matéria, a nossa Assembleia seja um paradigma em Portugal. Estou certo que o que afirmo merece a concordância da totalidade dos Deputados e que o comportamento de todas as forças políticas saberão, nesta casa, respeitar as diversidades de opinião e as decisões dos órgãos legitimamente eleitos, credibilizando sempre o Órgão - Assembleia Municipal - e construindo dessa forma, também Abril.

Quero ainda cumprimentar a Câmara Municipal por, pela primeira vez, se ter associado às comemorações do 25 de Abril.

Este ano, na Maia, a Câmara comemora Abril com uma série de exposições de pendor histórico-cultural e possibilitou aos jovens alunos das escolas da Maia a oportunidade de participar numa iniciativa de educação para a cidadania, denominada Parlamento da Maia. Esta sessão especial e comemorativa da efeméride proporcionou aos jovens, um contacto directo com os titulares de cargos públicos legitimamente eleitos, num exercício de cultura democrática, em que puderão simular uma sessão parlamentar, com apresentação de propostas de resolução sobre cidadania e democracia participativa, podendo igualmente questionar o Executivo Municipal sobre o governo do Concelho, num debate democrático e salutar.

O surgimento destas comemorações, por parte do Executivo Municipal, representa o recuperar para a Câmara Municipal de um espaço de acção que, por legitimidade, é seu e que a Assembleia Municipal se viu obrigada a preencher, num passado não muito longínquo, com o amorismo que nos caracteriza, mas com um grande voluntarismo e com resultados igualmente profícuos.

Os meus cumprimentos, Senhor Presidente e os meus agradecimentos pela sua presença aqui



hoje.

Para terminar, e enquanto Líder Parlamentar da "Coligação Primeiro as Pessoas", coligação composta pelo PSD e pelo CDS/PP, e força política maioritária na Assembleia Municipal, não posso deixar de assumir os compromissos que celebrámos com os Maiatos, aquando das últimas eleições autárquicas. Aludo aqui a esses compromissos porque, apesar de estarem cumpridos um número bem significativo dos mesmos, ainda falta fazer um site da Assembleia Municipal profundamente interactivo. Esta será a melhor forma de possibilitar um funcionamento quase permanente deste órgão. Um site onde a Mesa da Assembleia Municipal, os Líderes de Bancada e todos os Deputados e forças políticas eleitas possam ser contactados no âmbito da sua actividade parlamentar. Um site que seja um repositório de todas as deliberações e de todos os debates ocorridos no seio da Assembleia Municipal. Será um instrumento fundamental no designio de aproximar os eleitos dos eleitores e como tal consolidar a Democracia.

Seria uma excelente forma de comemorarmos o 34.º aniversário da Revolução de Abril a colocação on-line deste site. Fica a sugestão.

Viva a Democracia

Viva a Liberdade

Viva a Maia

Viva Portugal."

LUCIANO DA SILVA GOMES, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
depois de fazer uma saudação a todos os presente, disse o seguinte: —————

"A Assembleia Municipal, atenta ao quanto lhe competia e representa para si o 25 de Abril, entendeu levar a cabo a Evocação desta efeméride histórica no seu 33.º aniversário.

A Cerimónia imbuida de simplicidade, mas de grande significado democrático, é fruto do entendimento entre todos quantos compõem a Assembleia Municipal.

O acto de cariz evocativo da liberdade, é para nós, e para todos os que entendem o que ela representa, na vivência responsável e democrática uma data a sempre recordar, pois, ela restituiu Portugal à sua identidade própria e, contribuiu para a sua integração na Europa e no Mundo, como país livre.

Contudo, passados 33 anos após o 25 de Abril, não foram ainda atingidos, no todo nacional, alguns preceitos fundamentais da nossa Constituição, nomeadamente:

A Educação,

A Habitação,

O Emprego,

A Saúde,

A Justiça.

Isto significa que, nestes 33 anos de avanços e recuos, continua por cumprir Abril. Abril que tinha como objectivo principal a Igualdade de Oportunidades para Todos. Importa, por isso, que se faça um grande esforço, para que essas oportunidades sejam implementadas com celeridade, para que possamos, de facto, considerar-nos um país justo, equilibrado e solidário.

Importa neste dia saber, principalmente o que pensam os nossos jovens, passados que foram estes anos. Será que se cumpriu Abril? Será que Portugal não irá precisar deles? Não serão eles, em todos os vectores da sociedade que irão conduzir Portugal para que este possa continuar a ser uma Nação soberana e respeitada?

Nos dias de hoje, a maioria dos jovens sentem-se frustados e sem rumo e, perguntam para que estudam? Porque concluem as Licenciaturas ou Cursos Técnicos? Adquirem boa formação técnico/profissional mas, depois passam os dias a deambular, à procura do emprego para que estão habilitados e querem dar o seu contributo à sociedade que os formou e não conseguem.

Esta minha preocupação, não visa este ou aquele Governo. A questão político/partidária não tem aqui cabimento, pois todos os Governos, após o 25 de Abril, não souberam inverter a

situação socio-económica que atendesse aos anseios justos dos jovens – Homens e Mulheres – que querem ajudar a construir o seu país, querem contribuir para o seu progresso, querem contribuir para que haja uma sociedade bem melhor do que a que hoje vivemos e não conseguimos.

Porque será, que aqueles jovens que tiveram de procurar noutros recantos internacionais uma melhor oportunidade e que não só a conseguiram, como são respeitados, premiados e muito considerados. Será que esses mesmos jovens são feitos duma massa diferente daqueles que no seu país não conseguem realizar-se?

Preocupante é também o emprego na sua generalidade, e, sejam quais forem os culpados, deve-se rapidamente encontrar outro rumo, para que possamos todos de consciência tranquila, dizer que fizemos tudo para que este grave problema seja ultrapassado.

Se compreendo, que numa época de grande competitividade, torna-se necessário corrigir o tecido produtivo, pois, só o posso aceitar se aquilo que se faça, seja para a melhoria de todos os cidadãos, qualquer que seja a sua condição ou estatuto social.

Na afirmação de que a Democracia é, e será, para mim a garantia do continuar Abril, também não será menos verdade que a Democracia só poderá existir se forem completados todos os seus princípios da mais elementar justiça e das necessidades do nosso país.

Os portugueses são um povo que detém um passado secular, onde grandes feitos foram concretizados. Este povo, que ao longo dos séculos, por todo o mundo, manteve e mantém bem viva a chama de Portugal, continua hoje nas nossas comunidades, em todos os Continentes, a dignificá-lo. País que nem sempre os soube tratar ou trata com dignidade. Por isso, Abril não pode ser Abril sem se enfrentar os problemas de hoje, pois, muitos eram os de ontem, são os de hoje e não fomos capazes de os solucionar.

Temos, por isso, sem querelas políticas, todos, mas mesmo todos, fazer um grande esforço para encontrar os caminhos que acabem com a injustiça social, com a falta de emprego, com os

problemas graves na saúde e na educação, para podermos de forma festiva comemorar Abril.

Não podemos continuar impávidos, ao encerramento de empresas que quase todos os dias colocam centenas de portugueses, Homens e Mulheres, no desemprego e no desespero.

Não podemos continuar impávidos a ver pessoas que, pela madrugada, se deslocam para os seus Centros de Saúde para tentarem conseguir uma vaga para uma consulta, ou ainda, aquela grávida que dá à luz a caminho de uma agora mais longínqua maternidade.

Não podemos continuar impávidos a assistir à falta de civismo, de educação e de disciplina.

Não podemos consentir que um professor seja agredido na sala de aulas ou fora dela por um aluno, ou pelo seu encarregado de educação.

Não podemos continuar impávidos assistir ao decrescimento constante da cultura e do saber, bem como indícios de falta da qualidade no nosso ensino, onde a vontade de estudar, de saber, de cultivar e a de ensinar deveria ser um esforço feito com prazer e não por obrigação.

Não podemos continuar impávidos assistir à insegurança de pessoas e bens. Não podemos continuar impávidos a assistir à violência que grassa um pouco por todo o lado.

Não podemos continuar impávidos assistir à proliferação de armas ilegais, a uma cada vez maior marginalidade e a um aumento assustador do crime organizado.

Não podemos continuar impávidos e complacentes à corrupção que grassa na nossa sociedade, sem que se tomem medidas efectivas para a erradicar.

Não podemos continuar indiferentes aos problemas dos nossos cidadãos com deficiência e promover rapidamente a sua inserção na sociedade.

Não podemos continuar impávidos aos que no silêncio das suas casas, por vergonha, passam fome e que não têm condições para sobreviver.

Senhoras e Senhores Deputados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A importância que pretendemos dar a este acto – Evocar Abril – tem de ser para todos nós, e

para os Portugueses em geral, um acto de consciência cívica, fazendo votos para que as questões que atrás mencionei sejam o dia-a-dia das nossas preocupações constantes, no nosso concelho, no nosso país, ao serviço das nossas populações.


Que a nossa consciência não possa lembrar-nos constantemente que andamos a perder energias com o supérfluo e, em vez disso, não as gastemos com o essencial e trabalhar, dia-a-dia, para o um país mais justo e mais solidário.

Esta é a minha preocupação, esta será, tenho a certeza, a preocupação de todos vós, esta será de certeza, a única razão que nos poderá levar a continuar a Evocar Abril.

Muito Obrigado.” -----

----- Terminadas as intervenções a Sessão foi encerrada com o Hino Nacional, A Portuguesa.

----- E sendo doze horas do dia vinte e cinco de Abril do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, pelo 1.º Secretário Domingos de Jesus e Sousa pela 2.ª Secretária, Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia. -----

O Presidente: 

1.º Secretário: 

A 2.ª Secretária: 